

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**DIRETOR DE PRODUÇÃO**

2014

**1)** O formato de um programa seriado na TV brasileira pode ser apresentado, da seguinte forma, **EXCETO**:

- a) Infoshow.
- b) Ao vivo.
- c) Em estúdio.
- d) Gravado.
- e) Em externa.

**2)** Conceitualmente é possível afirmar que a pauta é

- I) Um projeto de cobertura.
- II) Uma proposta de reportagem.
- III) Um planejamento da edição.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**3)** De acordo com EMERIM, Cárilda Muvuca (2000), determinados textos se caracterizam pelo emprego de diversas linguagens que os conformam como um texto complexo e híbrido da contemporaneidade e com múltiplas interfaces.

É **CORRETO** afirmar que essas características comumente se apresentam no formato

- a) Radiofônico.
- b) Gráfico.
- c) Narrativo.
- d) Televisivo.
- e) Contraplano.

**4)** O Art. 24, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece que são direitos morais do autor:

- I) O de reivindicar, intempestivamente, a autoria da obra.
- II) O de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra.
- III) O de conservar a obra inédita.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II, III.

5) “É preciso respeitar a força da informação visual e descobrir como associá-la a palavra, porque a informação na TV funciona a partir da relação imagem/texto”

PATERNOSTRO, Vera Íris. O texto na TV: Manual de Telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

O pressuposto emerge da afirmativa acima é denominado

- a) Linguagem videográfica.
- b) *Script*.
- c) Linguagem verbal.
- d) Expressividade.
- e) Foco narrativo.

6) O Art. 55, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece que, em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá

- I) considerar pendente o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra.
- II) editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento integral do preço.
- III) mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II, III.

7) À pequena chamada gravada pelo repórter com a manchete da notícia que entra durante a escalada do jornal é conhecida como

- a) Time code.
- b) *Travelling*.
- c) Vinheta.
- d) *Stand-up*.
- e) *Teaser*.

8) De acordo com Traquina, N. (2005b) Teorias do Jornalismo. A Tribo Jornalística: Uma Comunidade interpretativa transnacional, Florianópolis:Insular, as rotinas de produção influenciam a assimilação do saber baseado na experiência sobre o trabalho. Esta capacidade tem a definição de “vocabulário de precedentes”, uma capacidade específica através da qual os profissionais detêm o saber de

- I) Reconhecimento – identificar o que é notícia.
- II) Procedimentos – a forma de realização.
- III) Narração – a maneira de apresentar ao público.

Está (ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**9)** “A reportagem é a principal fonte de matérias exclusivas do telejornalismo. O objetivo sempre é contar uma história simples, direta, clara, didática, objetiva, equilibrada e isenta.”

BARBEIRO, Paulo Rodolfo de LIMA e Heródoto. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na tv*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Nesse contexto, reportar define-se de modo mais comum como o resultado final de uma série de etapas da produção jornalística na televisão, **EXCETO** a denominada

- a) Pauta.
- b) Apuração.
- c) Escalada.
- d) Produção.
- e) Exibição.

**10)** Toda a pauta tem

- a) Decupagem.
- b) Retranca.
- c) Glossário.
- d) Editorial.
- e) Passagem.

**11)** De acordo com LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro, Record, 2003, a denominação pauta aplica-se a duas coisas distintas: planejamento de uma edição ou parte da edição, além de eventuais indicações logísticas e técnicas.

Nesse contexto, **NÃO** se aplica a seguinte característica:

- a) A listagem dos fatos a serem cobertos nos noticiários e dos assuntos a serem abordados em reportagens.
- b) As redações estruturadas por editoriais – de cidade, política, economia.
- c) O ângulo de interesse e a dimensão pretendida da matéria.
- d) O roteiro em duas palavras que definem o tema da matéria.
- e) Os recursos disponíveis para o trabalho e às sugestões de fontes.

**12)** O Art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece que são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como

- I) os textos de obras literárias, artísticas ou científicas.
- II) as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza.
- III) as obras dramáticas e dramático-musicais.
- IV) as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I, II, III, IV.
- b) I e III, somente.
- c) I e IV, somente.
- d) II e III, somente.
- e) IV e II, somente.

**13)** A isenção também está condicionada à credibilidade, pois, se os fatos são mostrados sem direcionamento e opinião parecem mais críveis aos olhos dos telespectadores. Para tanto, algumas regras devem ser seguidas para se alcançarem os objetivos informativos, **EXCETO** a de

- a) relação de intimidade que se deve estabelecer entre o profissional e o entrevistado, reiterando o lugar da fala e construindo, por meio da isenção, o efeito de credibilidade na reportagem.
- b) “casar” o texto com a imagem, servindo a palavra de apoio, de suporte para a imagem, o que condiciona este texto a oferecer objetividade e clareza.
- c) usar frases e parágrafos curtos, de palavras simples, de fácil compreensão, que não seja descritivo e nem apresente frases de efeito.
- d) utilizar textos que podem desconstruir o sentido e transformar a informação isenta num direcionamento de interpretação ou numa opinião.
- e) necessidade do texto de ser coloquial como se fosse uma conversa, mas sem gírias, de respeitar as regras gramaticais, de ter um ritmo pausado, mas não lento.

**14)** Um modelo de pauta **NÃO** tem

- a) Travelling.
- b) Retranca.
- c) Roteiro.
- d) Pauteiro.
- e) Assunto.

**15)** No texto, estão materializados os efeitos de sentido possíveis. As regras que compõem as gramáticas de produção e as gramáticas de reconhecimento descrevem operações que assinalam o percurso dos sentidos nas matérias significantes que deixam marcas que permitem a reconstrução (ou postulação) dessas operações, sempre operações subjacentes, recuperadas pelas marcas inscritas na superfície material.

Nesse contexto, pode-se afirmar que

- I) o discurso é um espaço de negociação, de trocas. Sabe-se que existe recorrência das condições de reconhecimento sobre a produção.
- II) os gêneros, que articulam narrativamente as serialidades, constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos.
- III) a função essencial de mediação entre as lógicas produtivas e de consumo é exercida pelo gênero e reitera a crença de que a análise dos produtos midiáticos, em geral, não pode ser realizada isoladamente do processo midiático que os constitui.
- IV) na linguagem da informação que o novo imaginário encontrará sua matriz discursiva, mas serão na linguagem do melodrama de aventuras que gerarão chaves do novo discurso informativo.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I e IV, somente.
- c) I, II, III, IV.
- d) II e III, somente.
- e) IV e II, somente.

**16)** Entretenimento é a categoria que abriga o maior número de gêneros. São exemplos **EXCETO**:

- a) Auditório e Colunismo social.
- b) Debate e Telejornalismo.
- c) Culinário e Desenho animado.
- d) *Game show* e Docudrama.
- e) Humorístico e *Quiz show*.

**17)** Nas especificidades da linguagem audiovisual, verifica-se que

- I) A participação profissional no processo de edição da notícia, ao mesmo tempo em que estabelece a autonomia em relação ao processo, quanto à sua forma de apresentação, reflete a transformação imposta pela tecnologia na atuação dos meios de comunicação.
- II) O trabalho desenvolvido para a elaboração da notícia, através da edição, é a possibilidade de ser feita por apenas um profissional.
- III) Uma condição que se estabelece é a ação em dois níveis - a orientação sobre a informação -, e a ausência de controle do processo, com a operação por profissional autônomo do equipamento.

Está (ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I e II, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**18)** Influencia a organização dos programas de uma rede, **EXCETO**:

- a) O mercado publicitário.
- b) A quietude dos gêneros.
- c) A audiência.
- d) Os fatores históricos, sociais e culturais do canal.
- e) A construção da imagem da própria organização.

**19)** Ao considerarmos a importância da publicidade virtual nas transmissões na área de comercialização em TV, pode-se afirmar que o (a)

- I) dinamismo de vídeo na projeção de mensagens em locais e situações não convencionais.
- II) ampliação de propaganda além dos quinze minutos permitidos por hora na TV.
- III) oportunidade em incrementar o número de anunciantes ativos

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e II, somente.
- b) I, II, III.
- c) I, somente.
- d) II e III, somente.
- e) III, somente.

**20)** O formato de um programa de debate na TV brasileira pode ser apresentado, **EXCETO**:

- a) Ao vivo.
- b) Em externa.
- c) Gravado.
- d) Em estúdio.
- e) Por Infoshow.

**21)** Conforme MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, a leitura dos conteúdos dos meios de comunicação de massa se daria dentro da perspectiva da cultura textualizada, em um movimento de retroalimentação, no qual o telespectador adquire competência de leitura, a partir da experiência diária de recepção.

Esse movimento salienta o papel dos gêneros na concepção dos produtos televisivos na medida em que neles são viabilizadas três possibilidades:

- I) O gênero como uma estratégia de codificação das propriedades discursivas, originando, por exemplo, o soneto.
- II) O gênero coincidindo com um ato de fala, incluindo uma existência não-literária, tal como a prece.
- III) O gênero como derivado de um ato de fala mediante certo número de transformações ou ampliações: seria o caso do romance, fundamentado na ação de contar.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**22)** No contexto em que ocorrem e são localizados, da trajetória dos efeitos às funções, da estrutura à linguagem, da ideologia à hegemonia, fica a constatação de que o estudo da comunicação deve necessariamente trabalhar, respectivamente;

- a) Receptor, mensagem e emissor.
- b) Emissor, mensagem e receptor.
- c) Mensagem, emissor e receptor.
- d) Emissor, receptor e mensagem.
- e) Receptor, mensagem e emissor.

**23)** O Art. 29, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece que depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

- I) A reprodução parcial ou integral.
- II) A pauta.
- III) A adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e II, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II, III.

**24)** A leitura do texto televisivo é pode ser entendida como uma re-construção interpretativa pelo telespectador. Nesse contexto

- I) A programação televisiva tem como princípio uma grade, caracterizada pela sequência e repetição.
- II) O estudo dos programas implica conhecer tanto sua arquitetura externa quanto seu lugar na programação.
- III) O palimpsesto, caracterizado pela superposição de textos que se transformam a cada leitura, se configura nos gêneros televisivos como uma retomada de conhecimentos.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e II, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II, III.

**25)** Dependendo da natureza do evento, o gênero pode estar inserido em variadas categorias. São gêneros da TV brasileira, **EXCETO** a (o):

- a) Educativo.
- b) Formação complementar.
- c) Instrucional.
- d) Teleaula.
- e) Profissionalizante e técnico.

**26)** Uma análise do processo de recepção deve buscar o trabalho ideológico da televisão que promove valores que deem aos eventos significados conforme, interesses deste ou daquele grupo hegemônico. Nesse sentido, é correto afirmar que a recepção implica entender

- I) os processos de mediação entre as necessidades do sistema e estratégias comerciais e as exigências que vêm da trama cultural e dos modos de ver.
- II) que a televisão não funciona sem assumir - e, ao assumir, legitimar - as demandas que vêm dos grupos receptores; mas, por sua vez, não pode legitimar.
- III) determinadas demandas sem ressignificá-las em função do discurso social hegemônico.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e II, somente.
- b) I, somente.
- c) I, II, III.
- d) II e III, somente.
- e) I e III, somente.

**27)** Os formatos – ao vivo, em estúdio, gravado e de externa na TV brasileira, somente podem ser apresentados em um programa de

- a) Câmera oculta.
- b) Documentário.
- c) Episódio.
- d) Debate.
- e) Dublado.

**28)** A publicidade virtual nas transmissões é uma inovação na área de comercialização em TV, que atende a muitas necessidades do mercado tais como:

- I) Baixo custo de produção.
- II) Operação complexa.
- III) Valor agregado.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I, somente.
- b) I e III, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**29)** O Art. 5º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, considera

- I) publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo.
- II) transmissão ou emissão - a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.
- III) retransmissão - a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra.
- IV) distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I e IV, somente.
- c) II e III, somente.
- d) IV e II, somente.
- e) I, II, III, IV.

**30)** De um modo geral, em uma Redação de televisão, verifica-se a seguinte estrutura funcional:

- I) Chefe de reportagem: é a interface entre os repórteres e os editores; coordena as equipes de gravação.
- II) Pauteiros: pesquisam, apuram e elaboram as pautas.
- III) Radioescuta e apuração: acompanham as notícias dos demais veículos, órgãos oficiais, checam informações e alertam a redação para os fatos do dia.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) I, II, III.
- d) II e III, somente.
- e) III, somente.

**31)** Acessórios são quaisquer itens que componham peças complementares de equipamentos, sejam eles de iluminação, cenografia, segurança, etc. e que favoreçam a execução de trabalhos com esses equipamentos.

Podemos incluir como acessórios de iluminação:

- I) Bandoors.
- II) Gobos.
- III) Tripés.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**32)**

Define a cobertura diária do telejornal, estrutura a ordem das notícias e acompanha o trabalho dos editores o

- a) Chefe de reportagem.
- b) Diretor de jornalismo.
- c) Editor-executivo.
- d) Editor-chefe.
- e) Chefe de redação.

**33)** Para quem pensa o texto em tempo real e o caminho do texto na web pode ser útil na tomada de decisão:

- I) Local/global – verificar se o texto que se está escrevendo vai ser entendido bem por uma audiência local, nacional e internacional. Isso pode direcionar o tipo de escrita e a profundidade do contexto expostos em cada página.
- II) Planejamento – antes de escrever, pensar na melhor forma de contar aquela história, veja se é possível agregar áudio, vídeo, gráficos, textos, links.
- III) Texto – o texto pode ficar entre o impresso e o televisivo, sendo mais literal e escrito na voz ativa, nunca na passiva. Concisão e o uso de verbos de ação e substantivos, em vez de adjetivos.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, somente.
- b) I, II, III.
- c) I, somente.
- d) II e III, somente.
- e) III, somente.

**34)** A atividade de roteirização em um documentário é a marca no papel de um esforço de aquisição de controle de um universo externo. Significa, por dentro de uma ordem, que necessariamente encontrará seu começo e seu fim. Para tanto, respectivamente, roteirizar é o processo de

- a) Recortar, selecionar e estruturar.
- b) Estruturar, recortar e selecionar.
- c) Selecionar, recortar e estruturar.
- d) Estruturar, selecionar e recortar.
- e) Recortar, estruturar e selecionar.

**35)** Um estúdio para captação de imagens deve possuir algumas características que proporcionem um melhor desempenho das atividades, assim como os elementos que o constituem.

Entre eles podem ser citados:

- I) Dimensões compatíveis com o ângulo de abertura focal.
- II) Janelas, portas e pisos.
- III) Mesas, cadeiras e armários.
- IV) Indumentária.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I, II, III, IV.
- b) I e III, somente.
- c) I e IV, somente.
- d) II e III, somente.
- e) IV e II, somente.

**36)** O texto na TV é escrito para ser lido e ouvido. Nesse contexto, pode-se afirmar que

- a) as frases intercaladas, entre vírgulas, explica melhor o texto televisivo.
- b) o texto de TV deve ser entendido de forma instantânea.
- c) as rimas e palavras com mesma terminação causam o efeito sonoro desejado.
- d) cacófatos são aceitos desde que internos ou intravocabulares em que as sílabas da mesma palavra podem ser lidas de maneira separada.
- e) no uso das frases longas, as pausas e a respiração são importantes na pontuação.

**37)** De acordo com COMPARATTO, Doc (1983). Roteiro: arte e técnica de escrever para cinema e televisão. Rio de Janeiro: Nórdica, "roteiro é a forma escrita de qualquer espetáculo de áudio e ou visual. Isso se aplica aos espetáculos de teatro, cinema, televisão, rádio e etc." Do roteirista se espera, **EXCETO**:

- a) a descrição verbal de um filme que posteriormente o diretor executaria.
- b) a construção da narrativa.
- c) a divisão em cenas.
- d) a descrição das ações.
- e) os diálogos, a partir de que o realizador elaborará a sua direção.

**38)** Não se pode conceber uma reportagem de TV sem a presença da imagem. Para tanto, é fundamental que

- I) Seja combinado informação visual com informação auditiva sem prejuízo para uma ou para outra.
- II) O texto seja descritivo ao telespectador de modo a estabelecer o necessário paralelismo.
- III) A palavra dê apoio à imagem como complementar e não excludente.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I, somente.
- b) I e III, somente.
- c) II e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II, III.

**39)** No Brasil uma das referências para modelos de proposta de filmagem são os editais de concursos. Um desses principais editais é o Doc.Tv, de iniciativa da TV Cultura com o apoio do Governo Federal por meio do Ministério da Cultura.

Na construção de um projeto, é significativa a apresentação de

- a) Proposta de Documentário – o autor proponente deve apontar documentários de seu conhecimento e/ou outras referências de interesse publicitário.
- b) Eleição e Descrição do Objeto – O autor se relacionará com a Chefia de Redação para levar a cabo sua proposta de documentário.
- c) Plano de Produção, Cronograma Físico-financeiro e Orçamento com previsão de impostos.
- d) Eleição e Justificativa para a Estratégia de Abordagem – O proponente se relacionará com o profissional responsável, por exemplo, pela construção de paisagens sonoras e/ou imagens abstratas.
- e) Sugestão de Estrutura - uma exposição ao Editor-Executivo de como o autor proponente pretende organizar as Estratégias de Abordagem no corpo do trabalho.

**40)** A formatação de um roteiro de edição se assemelha a de um roteiro técnico dividido em colunas.

- I) Na primeira coluna, o documentarista irá anotar o número de todas as sequências a serem utilizadas no documentário, de acordo com a ordem final do trabalho.
- II) A segunda coluna fica reservada para a descrição resumida do conteúdo de cada uma das sequências.
- III) Na terceira coluna, deverá ser anotado o número da fita, que contém o material bruto, em que se encontra a sequência que foi resumida na segunda coluna.
- IV) A quarta coluna deverá informar os respectivos *time code* de entrada e saída, onde começa e onde termina a sequência, de acordo com o *time code* da fita com material bruto.

Está (ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- a) I, II, III, IV.
- b) I e III, somente.
- c) I e IV, somente.
- d) II e III, somente.
- e) IV e II, somente.

## Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari\**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

\* **Dalmo de Abreu Dallari** é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

**41)** O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

**42)** A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

**43)** De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º§)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º§)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...) ( 1º.º§)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” ( 1º.º§)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º§)

**44)** No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

**45)** O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” ( 1º.º§)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” ( 2º.º§)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” ( 3º.º§)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” ( 5º.º§)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” ( 2º.º§)

**46)** Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º§)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º§)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” ( 1º.º§)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...) (5º.º§)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º.º§)

**47)** A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar/ dignidade

**48)** A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

**49)** No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

**50)** O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...) (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...) (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...) (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente ( Conanda) (3º§).

**51)** A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

**52)** No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...) ( 5§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

**53)** Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**54)** Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

**55)** A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

**56)** O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

**57)** O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

**58)** Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) "(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)" ( 2º. §)
- b) "(...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)" ( 3º. §)
- c) "A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)" ( 3º. §)
- d) "(...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)" ( 4º. §)
- e) "Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)" ( 2º. §)

**59)** A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) "Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica" (transitivo indireto).
- b) "A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)" (transitivo direto e indireto).
- c) "A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)" (transitivo direto).
- d) "A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)" (verbo de ligação).
- e) "(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)" (verbo transitivo direto).

**60)** A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

**61)** Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

**62)** Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

**63)** Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

**64)** Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

**65)** Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

**66)** O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**67)** No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

**68)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

**69)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

**70)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.